



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2021 – INEXIGIBILIDADE 26/2021
CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 008/2021**

CONTRATO Nº 321/2021

O **MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ**, CNPJ nº 01.609.843/0001-52 e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**, CNPJ nº 09.515.395/0001-30, pessoa jurídica de direito público, situados à **Rodovia PR 407 - Km 19 Balneário Praia de Leste, na cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná**, neste ato representado pelo Prefeito, Senhor **Rudisney Gimeses Filho**, Portador da Cédula de Identidade n.º 776.674.3-1SSP/PR e do CPF n.º 055.717.339-69, e de outro lado, a Empresa **CAIOBA SERVICOS MEDICOS LTDA**, inscrito no CNPJ n.º 40.388.611/0001-73, situado na **AVENIDA JUSCELINO K DE OLIVEIRA, n.º 975, Bairro CENTRO – CEP 83.260-000 – Cidade Matinhos – PR**, doravante denominada **CONTRATADA**, representada pelo Sr. **Everson Alberge Buchi**, portador da CNH nº 02561088220/DETRAN PR e CPF nº 072.020.169-15, levado a efeito através da **RATIFICAÇÃO** de 14 de dezembro de 2021, decorrente do **PROCESSO LICITATÓRIO Nº 226/2021 - CHAMADA PÚBLICA Nº 08/2021**, e com fundamento nas disposições da Lei Federal nº. 8.666/93, Lei 15.608/2007, Lei 8.080/1990 e suas alterações posteriores, têm justo e contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - A Contratada, de acordo com as condições, especificações e demais elementos estabelecidos no termo de referência, que passa a integrar este Instrumento Contratual, independentemente de transcrição, obriga-se a **prestar serviços de médicos especialistas, necessários à Secretaria Municipal de Saúde**, localizados no Município de Pontal do Paraná/PR.

1.2 - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO: conforme termo de referência.

1.1 - Descritivo e valor:

Item.	Serviço	Valor unitário/hora	Quantidade estimada em horas mensais	Valor total máximo 7960mensal	Quantidade e estimada em horas / 12 meses	Valor total máximo 12 meses
8	Psiquiatra	140,00	128	R\$ 17.920,00	1536	R\$ 215.040,00
Total para 12 meses						

1.3 - VALOR TOTAL DO CONTRATO: R\$ 215.040,00 (Duzentos e quinze reais e quarenta centavos).

1.4 - EXECUÇÃO DO SERVIÇO: os serviços deverão ser prestados em estrita conformidade com as condições estabelecidas neste instrumento e no termo de referência, como segue:

1.4.1. A execução dos serviços deverá ser iniciada quando houver a primeira solicitação de serviços pelo Município, que deverá vir acompanhado da ordem de serviços e do empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos;

1.4.2. Todo paciente deve receber assistência integral e interdisciplinar.



ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

1.4.3. A Contratada não poderá cobrar, em hipótese nenhuma, do usuário do SUS por quaisquer serviços ou materiais.

1.4.4. Esclarecer a família do paciente do SUS seus direitos e demais assuntos referentes aos serviços oferecidos, justificando aos mesmos por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos.

1.4.5. A avaliação de outros profissionais envolvidos na assistência ao paciente quando realizada, deve ser registrada, assinada e datada em prontuário, de forma legível.

1.4.6. Para fins de comprovação de comparecimento nos dias de trabalho, utilizar-se-á FOLHA PONTO;

1.4.7. Fica estabelecido que em caso do não cumprimento da escala solicitada pela Secretaria Municipal de Saúde, motivará a rescisão imediata do contrato;

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.2.O pagamento referente à prestação do serviço, objeto do presente Contrato é proveniente dos recursos orçamentários a seguir:

CR	FR	DOTAÇÃO	ELEMENTO DE DESPESA
425	303	14.001.10.301.0043.2188	3.3.90.34.00.00
484	1000	14.001.10.302.0043.2194	3.3.90.34.00.00
1005	310	14.001.10.302.0043.2194	3.3.90.34.00.00
1006	310	14.001.10.302.0043.2195	3.3.90.34.00.00

CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE PAGAMENTO

3.1. A emissão de recibo de prestação de serviços somente poderá ser feita após a apresentação e aprovação do relatório mensal, com toda a demanda de serviço ofertado juntamente com os relatórios da CONTRATADA.

3.2. O pagamento será realizado após 10 (dias) dias de prestação de serviços, após avaliação técnica da execução dos serviços pela Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná, sendo que a quitação se dará até o 30º dia útil do mês subsequente, mediante apresentação do relatório mensal com a demanda de serviço ofertado juntamente com os relatórios da CONTRATADA, atestado pelo Fiscal do Contrato.

3.3. Após a conferência dos quantitativos e valores apresentados, a **CONTRATANTE**, por meio do **Gestor** e do **Fiscal do Contrato**, atestará **relatório mensal (planilha médica)** com nome do paciente, idade e diagnóstico e disponibilizar a folha ponto de serviço de cada médico, com data, horário de entrada e saída, assinatura e carimbo, comunicando à **CONTRATADA**, no prazo de 03 (três) dias contados do recebimento do relatório, o valor aprovado, e autorizando a emissão do recibo correspondente, a ser apresentado no primeiro dia subsequente à comunicação dos valores aprovados.

3.4. Os pagamentos serão efetuados no prazo de até 10 (dez) dias após a realização dos serviços e emissão do recibo.

3.5. O Recibo deverá ser emitido pelo profissional contratado, com os seguintes dizeres:



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – ROD PR 407, KM 19,5 – PRAIA DE LESTE – PONTAL DO PARANÁ/PR - CEP – 83255-000 - CNPJ Nº 09.515.395/0001-30 - INSCRIÇÃO ESTADUAL – ISENTA - EMPENHO Nº /2021

3.6. O Município em hipótese alguma efetuará pagamento de reajuste, correção monetária ou encargos financeiros correspondentes a atraso na apresentação das faturas corretas.

3.7. Caso se constate irregularidade nos recibos apresentados, o Município, a seu exclusivo critério, poderá devolvê-los, para as devidas correções. Na hipótese de devolução, os recibos serão considerados como não apresentados para fins de atendimento às condições contratuais.

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA

4.1. A vigência do presente instrumento é 12 meses após assinatura do CONTRATO, ficando vinculada a existência de recursos orçamentários nos termos fixados pelo inciso II, do art. 57 da Lei de Licitações e pelo interesse da administração da Prefeitura Municipal de Pontal do Paraná-PR, conforme sua necessidade e em atendimento ao excepcional interesse público.

4.2. A rescisão poderá ocorrer a qualquer momento, em defesa do interesse público ou pelo descumprimento de quaisquer das cláusulas contratadas.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, inclusive em relação aos encargos;

5.2. Atender aos pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, cumprindo as diretrizes da Política Nacional de Humanização – PNH, ressaltando-se a vedação de solicitação de assinaturas em formulários em branco;

5.3. Atender a toda intercorrência que eventualmente vier a ocorrer durante a realização dos serviços e com encaminhamentos adequados, sem ônus à **Contratante** ou ao usuário do SUS;

5.4. Comunicar ao **Contratante** a ocorrência de qualquer irregularidade ou anormalidade na realização dos serviços ou que tenha conhecimento;

5.5. Cumprir todas as orientações do **Contratante** para realização do serviço, dentro do prazo estabelecido;

5.6. Cumprir as diretrizes da Política Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES;

5.7. Cumprir rigorosamente todas as disposições legais referentes à segurança, higiene, fornecendo por sua conta, todos os materiais necessários à segurança individual;

5.8. Disponibilizar número de telefone (s) fixo/celular/bip para contato;

5.9. Esclarecer a família do paciente do SUS seus direitos e demais assuntos referentes aos serviços oferecidos, justificando aos mesmos por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional necessário à execução dos procedimentos previstos;

5.10. Fornecer os serviços de acordo com a técnica e regulamentos expedidos pelo Ministério da Saúde e demais instituições que regulamentam a matéria;



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

- 5.11. Garantir** o acesso do Conselho Municipal de Saúde aos serviços contratados no exercício de seu poder de fiscalização;
- 5.12. Garantir** a confidencialidade dos dados e informações do cliente do SUS;
- 5.13. Indenizar** a terceiros vinculados aos pacientes ou aos próprios e aos órgãos do SUS, sempre que lhes causar dano moral e/ou material em decorrência da execução deste credenciamento, por ação ou omissão voluntária ou de negligência e/ou imprudência, ficando-lhe assegurado o direito de regresso nos termos do art. 14 da Lei 8.078 de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor);
- 5.14. Iniciar** o fornecimento dos serviços no prazo máximo de 5 (cinco) dias contados da data de recebimento da **Autorização de Serviços**;
- 5.15. Inspeccionar** os equipamentos, instrumentais e demais materiais empregados nos serviços;
- 5.16. Justificar** ao paciente ou ao seu responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto no contrato;
- 5.17. Manter-se** atualizado sobre as instruções de biossegurança (uso de equipamentos de proteção individual (EPI) e proteção coletiva (EPC), norma de conduta de segurança biológica, química, física, ocupacional e ambiental, bem como procedimentos em casos de acidentes, manuseio e transporte de material e amostra biológica;
- 5.18. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, as obrigações assumidas em razão da presente aquisição;**
- 5.19. Participar** das comissões de estudo e de trabalho e reuniões, quando requisitado pela direção;
- 5.20. Prestar esclarecimentos** que lhe forem solicitados e atender prontamente às reclamações de seus serviços, sanando-as no menor tempo possível;
- 5.21. Respeitar** a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- 5.22. Submeter-se** à fiscalização permanente da **Contratante**, ficando sujeito **também** ao Controle, Avaliação e Auditoria do SUS;
- 5.23. Utilizar** os materiais necessários para sua atividade, zelando pelo uso racional e prestando contas do seu uso quando solicitado pela Secretaria Municipal de Saúde;
- 5.24. Zelar** pelo cumprimento rigoroso das normas cláusulas e condições estabelecidas neste termo de referência;
- 5.25.** Fica expressamente proibida a cobrança aos pacientes do SUS, de qualquer taxa, bem como solicitação de entrega de material e/ou medicamentos para exames, sejam os atendimentos ambulatoriais ou outros;
- 5.26. Não utilizar** nem permitir que utilizem o paciente para fins de experimentação, limitando as práticas terapêuticas a procedimentos consagrados e reconhecidos pelos Conselhos de Classes;
- 5.27.** No preço de tabela do SUS já estará incluso todas as despesas com encargos necessários a execução do objeto contratado;
- 5.28.** Toda a responsabilidade criminal e civil decorrente de eventuais danos causados a terceiros por inexperiência, negligência, imprudência ou mesmo dolo no exercício das atividades específicas dos serviços contratados, é de exclusivo ônus da contratada;
- 5.29.** Realizar avaliação de todos os pacientes encaminhados para atendimento médico;
- 5.30. Solicitar** à Contratada a substituição de quaisquer equipamentos, instrumentais e materiais, considerados ineficientes ou obsoletos ou que causem prejuízos aos serviços executados;



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

- 5.31.** Toda a responsabilidade pelas atividades inerentes aos serviços médicos, no âmbito dos critérios da prestação de atendimento, é da licitante **CONTRATADA**;
- 5.32.** A **CONTRATADA** compromete-se a entregar no final de cada mês, relatório mensal (planilha médica) dos serviços executados a SMS, com nome do paciente, idade e diagnóstico;
- 5.33.** **Manter-se** habilitado junto aos órgãos de fiscalização da sua categoria;
- 5.34.** Os médicos que realizarão serviço nas Unidades de Saúde da **CONTRANTE**, deverão assinar folha ponto para comprovação da hora trabalhada e preencher a planilha médica corretamente, a qual será aprovada pela chefe da Unidade de Saúde, referente ao trabalho executado;
- 5.35.** **Cumprir** com pontualidade seus horários;
- 5.36.** **Tratar** com respeito e coleguismo os outros médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem e demais membros da equipe;
- 5.37.** **Utilizar-se** com zelo e cuidado das acomodações, veículos, equipamentos, aparelhos e instrumentos colocados para o exercício de sua profissão, ajudando na preservação do patrimônio e servindo como exemplo aos demais funcionários;
- 5.38.** Assinar a Folha Ponto a título de frequência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1.** **Acompanhar e fiscalizar** o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;
- 6.2.** **Anotar** em registro próprio e notificar a Contratada, por escrito, a ocorrência de eventuais imperfeições e falhas no decorrer da execução do contrato, fixando prazo para a sua correção e solução;
- 6.3.** **Avaliar** mensalmente os serviços a serem executados pela **Contratada**. Esta avaliação deve ser feita pelo **Gestor em conjunto com o fiscal do Contrato**.
- 6.4.** **Efetuar**, com pontualidade, os pagamentos à Contratada nas condições e preços ajustados, após o cumprimento das formalidades legais;
- 6.5.** **Fazer** cumprir o disposto do presente Termo de Referência, no Edital, seus Anexos e Contrato;
- 6.6.** **Fiscalizar** todas as solicitações, reclamações, exigências ou observações relacionadas com a execução dos serviços, feitas pela **CONTRATANTE**.
- 6.7.** **Fornecer** à Contratada todos os esclarecimentos necessários para a execução do contrato e demais informações que esta venha a solicitar para o desempenho do objeto contratado;
- 6.8.** **Notificar** a **Contratada** de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento dos serviços dando prazo para regularização e quando não atendido encaminhar a Secretaria Municipal de Saúde.
- 6.9.** **Responder** de imediato todos os questionamentos da Contratada;
- 6.10.** **Sustar** qualquer contrato em execução que comprovadamente não esteja sendo executado com toda a boa técnica ou que ponha em risco a segurança pública ou bens da **CONTRATANTE**, ou ainda a inobservância e/ou desobediência às ordens ou instruções da **CONTRATANTE**, cabendo à **CONTRATADA** todos os ônus da paralisação.
- 6.11.** Não obstante a **CONTRATADA** seja a única exclusiva responsável pela execução deste contrato, a **CONTRATANTE**, acompanhará e fiscalizará sua execução, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade.
- 6.12.** O fiel cumprimento de todas as cláusulas e condições estabelecidas no presente termo.



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

7.1. Não obstante a **Contratada** ser a única e exclusiva responsável pela execução de todos os serviços, ao **Contratante** é reservado o direito de, sem de qualquer forma restringir a plenitude dessa responsabilidade, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, por meio do **Gestor e Fiscal** ora designados.

7.2. Responsáveis por acompanhar e controlar a execução dos serviços, cabendo-lhes assegurar o cumprimento do objetivo e das atividades contratadas: guarda do controle e organização dos documentos; controle de prazos de vigência do instrumento contratual;

7.3. Se constatada pela **fiscalização** o não atendimento das determinações quanto à regular execução dos serviços, dentro do prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contados da solicitação a **CONTRATANTE** poderá ordenar a **suspensão dos serviços**, sem prejuízos das penalidades a que a **CONTRATADA** dos serviços esteja sujeita.

7.4. Esta fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da **CONTRATADA**, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade de seus agentes e prepostos (art. 70, da Lei nº 8.666/93), ressaltando-se, ainda, que mesmo atestado os serviços prestados, subsistirá a responsabilidade da **CONTRATADA** pela solidez, qualidade e segurança destes serviços.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE

8.1 - O preço estabelecido no presente contrato não será reajustado, salvo para a manutenção do seu equilíbrio econômico financeiro, desde que comprovado pela **CONTRATADA**, e mediante pesquisa de mercado.

CLÁUSULA NONA - DAS SANÇÕES

9.1 - O contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

9.2 - As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

9.3 - Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

9.4 - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

- b) não manter sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

9.5 - A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo (s) mesmo (s) motivo (s).

9.6 - Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 9.7.

9.7 - A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

9.8 - A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.

9.9 - A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

9.10 - O impedimento de licitar e de contratar com o Município, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não manter a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 20.9;
- h) cometer fraude fiscal.



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

9.11 - A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 12.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

9.12 - Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas na alínea anterior.

9.13 - Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;
- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

9.14 - Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

9.15 - Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013.

9.16 - Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

9.17 - Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

CLÁUSULA DEZ - DA SUBCONTRATAÇÃO

10.1 - É vedado à Contratada a subcontratação total do objeto deste Contrato, ou a cessão ou transferência do Contrato, ainda que parcial, para outra empresa, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível das cominações legais e contratuais.

CLÁUSULA ONZE - DA RESCISÃO

11.1 - O Contratante poderá rescindir este Contrato de pleno direito, a qualquer tempo independentemente de notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba à



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

Contratada o direito a qualquer reclamação ou indenização, nos casos previstos no artigo 78 da Lei Federal n. 8.666/93 e suas alterações.

11.2 - A Contratada fica obrigada a pagar à Contratante multa de 20% (vinte por cento) do preço total do Contrato vigente na data da aplicação, sem prejuízo das demais multas devidas por inadimplemento até a data da rescisão, caso a rescisão ocorra por culpa da Contratada. O valor da multa será atualizado de acordo com a variação do IGPM/FGV (Índice Geral de Preços no Mercado), a partir do mês para o qual foi calculada até o mês de sua quitação.

11.3 - Constituem motivos para rescisão do presente contrato:

11.3.1 - O não cumprimento de qualquer de suas cláusulas e condições;

Motivos previstos na legislação referente a licitações e contratos administrativos, sem prejuízo das multas cominadas;

11.3.2 - Será automaticamente extinto o contrato quando do término do prazo estipulado e/ou na execução total do objeto contratado, e ainda, quando não houver acordo de prorrogação;

11.3.3 - O contrato será rescindido pelo Município de Pontal do Paraná quando verificadas as seguintes situações, isoladas ou acumuladas:

- a) Não cumprimento, cumprimento irregular ou insatisfatório, pela Contratada, de cláusulas contratuais, condições constantes do edital de Chamamento Público, especificações, prazos e/ou conjunto de dispositivos legais aplicáveis ao contrato;
- b) Lentidão no cumprimento do objeto contratual ou paralisação imotivada na prestação dos serviços, sem justa causa e sem prévia comunicação ao Departamento Municipal da Saúde.
- c) Não atendimento das determinações e recomendações regulares emanadas da fiscalização do Município de Pontal do Paraná, encarregada do acompanhamento da execução do objeto do contrato;
- d) Na existência de 03 (três) demandas de Ouvidoria formalizadas por usuários, durante a vigência do referido contrato, e julgadas procedentes. A partir da primeira demanda procedente, a Contratada será notificada formalmente pelo Departamento Municipal de Saúde de Pontal do Paraná e poderão ser aplicadas as penalidades previstas na Lei 8.666/93;
- e) Decretação de falência, insolvência ou dissolução da Contratada;
- f) Alteração social da Contratada que importe na modificação da sua finalidade ou objeto social ou da estrutura social da mesma, desde que resulte em prejuízos à execução do contrato;
- g) Ocorrência de caso fortuito ou força maior ou fato de terceiros ou ainda motivo de relevante interesse público e de amplo conhecimento que imponha a suspensão da execução do contrato pelo Município de Pontal do Paraná, hipótese em que a Contratada será remunerada na proporção da parcela contratual que houver executado, sem incidência de qualquer indenização suplementar.

11.4 - Pela Contratada, quando o Município de Pontal do Paraná:

- a) Inadimplir quaisquer das cláusulas ou condições estabelecidas neste contrato admitidas as ressalvas feitas no resguardo do interesse público;



**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE PONTAL DO PARANÁ
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES**

- b) Na hipótese de rescisão pelo Município de Pontal do Paraná com base nos motivos alinhados no subitem 10.3.3, nos subitens de “a” a “f”, os valores devidos à Contratada até a rescisão permanecerão retidos com o Município de Pontal do Paraná, a fim de garantir o ressarcimento de prejuízos, multas ou perdas e danos decorrentes do (s) evento (s) motivador do rompimento contratual;
- c) Também poderá ser rescindido o presente contrato em caso de nomeação de profissional aprovado em concurso público convocado para o cargo existente neste contrato.

CLÁUSULA DOZE - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

12.1 - A Contratada, na vigência do contrato, será a única responsável perante terceiros, pelos atos praticados pelo seu pessoal, excluindo o Contratante de quaisquer reclamações e ou indenizações. Serão de sua inteira responsabilidade todos os seguros necessários, inclusive à responsabilidade civil e ao ressarcimento eventual de todos os danos materiais ou pessoais causados a seus empregados ou a terceiros.

12.2 - A Contratada tem pleno conhecimento dos elementos constantes deste Contrato, dos locais e de todas as condições gerais e peculiares, não podendo invocar nenhum desconhecimento como elemento impeditivo do perfeito cumprimento do contrato.

12.3 - As partes contratantes ficam sujeitas às normas constantes da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, sendo que os casos omissos também serão resolvidos através da aplicação da referida Lei.

CLÁUSULA TREZE - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro Regional da Cidade de Pontal do Paraná, Estado do Paraná, para dirimir quaisquer dúvidas ou pendências oriundas do presente, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

13.2 - E, por se acharem de acordo, os representantes legais assinam o presente Contrato, em quatro vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Pontal do Paraná, 14 de dezembro de 2021.

RUDISNEY GIMENES FILHO
Prefeito – Contratante

CAIOBA SERVICOS MEDICOS LTDA
CNPJ n.º 40.388.611/0001-73
Contratada

**CARMEN CRISTINA
MOURA DOS SANTOS**
Gestora do Contrato

**JORGIA STEFANY PEREIRA DOS
SANTOS**
Fiscal do Contrato

VICTOR KUCK
Testemunha